

STJ00118453

TIAGO ABUD DA FONSECA
ANTÔNIO CARLOS F. DOS SANTOS FILHO

DESCALÇOS E PÉS DE CHINELO

SOBRE TRÁFICO DE
DROGAS E CONTROLE PENAL

 **emais**
editora

2021

Copyright© 2021

Editora-Chefe
Design Editorial
Revisão Gramatical
Preparação de Texto

Tiago Abud da Fonseca
Antônio Carlos F. dos Santos Filho
Fernanda Pacheco Amorim
Laura Pra Baldi de Freitas
Marcelo Hagemann dos Santos
Deborah Cristina Amorim

Conselho Editorial

Aldacir Rachid Coutinho - UFPR
Alexandre Morais da Rosa - UFSC e UNIVALI
Aifredo Coppeti Neto - Uniãoeste e Unijui
Ana Claudia Bastos de Pinho - UFPA
Claudio Ladeira de Oliveira - UFSC
Claudio Melim - Univali
Daniela Villani Bonaccorsi - Imed
Denise Schmitt Siqueira Garcia - UNIVALI
Diogo Rudge Maian - UERJ e UFRJ
Eduardo de Avelar Lamy - UFSC
Flávio Pansieri - PUC/PR
Francisco José Rodrigo de Oliveira Neto - UFSC e UNIVALI

Gabriel Real Ferrer - UNIVALI e Universidad de Alicante-ES
Gisela França da Costa - Estácio de Sá-UNESA, UERJ e EMERJ
Jéssica Gonçalves - UFSC
Jorge Bheron Roche - Unifor
Juan Carlos Vezzulla - IMAP-PT
Júlio César Marcellino Jr - UNISUL
Márcio Ricardo Staffen - UNIVALI
Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI
Orlando Celso da Silva Neto - UFSC
Pedro Miranda de Oliveira - UFSC
Roberto Miccù - Universidade de Coimbra-PT

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ
F748d

Fonseca, Tiago Abud da
Descalços e pés de chinelo : sobre tráfico de drogas e controle penal / Tiago Abud da Fonseca, Antônio Carlos F. dos Santos Filho. - 1. ed. - Florianópolis [SC] : Emais, 2021.
343 p. : 21 cm

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-86439-30-4

1. Processo penal - Brasil. 2. Tráfico de drogas. 3. Narcóticos - Controle. I. Santos Filho, Antônio Carlos F. II. Título.

20-67715
CDU: 343.1(81)

Leandra Felix da Cruz Candido - Bibliotecária - CRB7/6135

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto as características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais consiste crime (Código Penal, art 184 e seus §§ 1º, 2º e 3º, Lei da Lei 10.695 de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98)

Todos os direitos desta edição reservados à emais

www.emaiseditora.com.br
euquero@emaiseditora.com.br
Florianópolis/SC

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Introdução	21
Capítulo 1	
Por que se pune e a quem se pune?	
Entendendo o castigo penal a partir da Criminologia	27
1.1 A Escola Clássica e a Escola Positiva	31
1.2 As Escolas Sociológicas	38
1.2.1 A Escola de Chicago e a Teoria Ecológica	38
1.2.2 A Teoria estrutural-funcional e da anomia	41
1.2.3 A Teoria das Subculturas Criminais	45
1.2.4 <i>Labelling approach</i>	48
1.3 Teoria Crítica	55
1.4 O rompimento das bases da Ideologia de Defesa Social e seus reflexos no sistema punitivo	64
1.5 O modelo norte-americano: a Política Criminal Atuarial, da ciência à "Criminologia do fim da história"	66
1.6 O sistema punitivo brasileiro: etiquetando quem?	71
Capítulo 2	
Criminalizar o tráfico:	
o que e como se protege?	77
2.1 A internacionalização do modelo repressivo em relação às drogas	79
2.2 A política neoliberal de controle entre o fim do século XX e início do século XXI	90
2.3 Reflexos do modelo repressivo no Brasil	94
2.4. A legislação penal sobre drogas no Brasil – com ênfase nas Leis 6.368/76 e 11.343/06	102
2.5 A evolução legislativa sobre drogas no Brasil	106
2.6 Os gargalos interpretativos que levam ao superencarceramento	121

Capítulo 3

O traficante-inimigo e o perfil do juiz brasileiro: quem bate o martelo das bruxas?	133
3.1 O perfil socioeconômico da magistratura brasileira: os dois "Brasis" – do réu e do juiz	135
3.2 A tropa da elite: o reflexo do perfil socioeconômico da magistratura na adoção da ideologia de Defesa Social ____	140
3.3 Do Martelo das Bruxas ao Direito Penal do Inimigo	144
3.4 As novas bruxas: decisões judiciais do inimigo em tema de tráfico de entorpecentes	151
3.5 Há Tribunais em Berlim? Ou sobre os juízes que não se amoldam ao sistema	161

Capítulo 4

Tráfico de drogas e controle penal: a transformação dos grilhões em algemas	177
4.1 Apresentação dos dados de Campos dos Goytacazes	182
4.2 A História de Campos dos Goytacazes na visão de Osório Peixoto Silva	188
4.3 A vida dos recém-libertos na cidade	201
4.4 A cana de açúcar em Campos dos Goytacazes e a mão de obra negra	207
4.5 A cidade de Campos dos Goytacazes depois do petróleo	214
4.6 O desenvolvimento urbano em Campos dos Goytacazes	221
4.7 A primeira pesquisa e seus resultados a partir da análise dos números do Cartório Distribuidor	229
4.9 Traduzindo em sentenças a vontade do aprisionamento: a análise dos livros de registros	233
4.10 As entrevistas com os internos da Casa de Custódia Dalton Castro	237

Capítulo 5

O museu de grandes novidades	249
5.1 A Audiência de Custódia e o caso paradigma de Jailton Neri da Fonseca	252

5.2 As diligências da “guerra às drogas” em Campos dos Goytacazes: modo, local, horário e resultados	265
5.3. O perfil do capturado nas operações policiais em Campos dos Goytacazes: nossos descalços e pés de chinelo	272
5.4 A seletividade nas operações policiais em Campos dos Goytacazes ou sobre o tráfico de drogas dos pretos e pobres	282
5.5 Os impactos do etiquetamento no processo penal: o processo reflete a guerra das ruas	291

Capítulo 6

O que fazer diante do modelo atual?	
Algumas conclusões	301
6.1 A falência da guerra às drogas e a derrota do princípio da proporcionalidade	314
6.2 Lei Antidrogas na perspectiva de controle de constitucionalidade	321
6.2.1 A falência da guerra às drogas como vetor de derrota do princípio da proporcionalidade (subprincípio da adequação)	322
6.2.2 A criminalização e encarceramento: o descompasso com o subprincípio da necessidade	328
6.2.3 O alto custo da guerra às drogas e o rompimento da proporcionalidade	329
6.2.4 O confronto entre as sanções e à proibição ao excesso	331
6.2.5 O impacto desproporcional sobre a população vulnerável	332
6.2.6 A atualização da Lei nº 11.343/06 e a ausência de razoabilidade do STF	333
6.2.7 Rechaça a prováveis argumentos contrários à tese de inconstitucionalidade aqui sustentada	337
7 Considerações finais	338